



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais - CONPCT
XIII Reunião Ordinária - Plataforma Virtual

ATA DA XIII REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DE 07 e 08 DE JUNHO DE
2022

1 Nos dias sete e oito de junho de dois mil e vinte e dois, reuniu-se, por meio de
2 videoconferência, o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais -
3 CONPCT, para o primeiro dia da sua Décima Terceira Reunião Ordinária, sob a
4 coordenação do Presidente do Conselho, Sr. Carlos Alberto Pinto dos Santos, e contando
5 com a participação dos seguintes Conselheiros e Conselheiras representantes de Governo
6 em 07/06/2022: Titular Danielle Cristina Lanius – Casa Civil da Presidência da
7 República; Titular Daniele de Sousa Alcântara - Ministério da Justiça e Segurança
8 Pública; 2º Suplente Fernanda Teixeira Frade Almeida; Titular Aline Ludmila de Jesus –
9 Ministério da Saúde; Titular Paulo Coutinho – Ministério da Economia; 2º Suplente
10 Rodrigo José Henriques Faria – Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos;
11 Titular Joana Marie Girard Ferreira Nunes - Ministério da Ciência Tecnologia e
12 Inovações; 1º Suplente Silvana Copceski Stoinski - Ministério da Ciência Tecnologia e
13 Inovações; 2º Suplente Roberto Machado de Freitas - Ministério da Ciência Tecnologia
14 e Inovações; 2º Suplente Dannytha Rayres Lopes Câmara – Secretaria de Governo da
15 Presidência da República; Titular Paulo Fernando da Silva – Instituto Chico Mendes de
16 Conservação da Biodiversidade – ICMBio; 1º Suplente Roberto Cavalcanti Sampaio –
17 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio; Titular Érico Melo
18 Goulart – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA; Titular Livia
19 Nascimento Tinôco – 6º Câmara de Coordenação e Revisão; 2º Suplente Daniel Luis
20 Dalberto – 6º Câmara de Coordenação e Revisão; Titular José Roberto Fani Tambasco –
21 Defensoria Pública da União. Conselheiros e Conselheiras Representantes da Sociedade
22 Civil em 07/06/2022: Titular Raimundo Nonato Pereira da Silva/Taata Konmannanjy –
23 Associação Nacional Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu – ACBANTU; Titular
24 Maria Jane Soares Targino Cavalcante – Associação Comunitária dos Povos Ciganos de
25 Condado da Paraíba – ASCOCIC; Titular Dione do Nascimento Torquato – Conselho
26 Nacional das populações Extrativistas; Titular Carlos Alberto Pinto dos Santos –

27 Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos e Comunidades
28 Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos – CONFREM; 1ª Suplente Célia Regina
29 Nunes das Neves – Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e
30 Povos e Comunidades Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos – CONFREM;
31 Titular Samuel Leite Caetano – Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas –
32 CAA; 1º Suplente Santino Lopes de Araújo – Associação Central das Comunidades
33 Veredeiras – ACEVER; Titular Cláudia Regina Sala de Pinho – Rede de Comunidades
34 Tradicionais Pantaneira; Titular Maria Ednalva Ribeiro da Silva – Movimento
35 Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – AMIQCB; Titular Lidiane Taverny
36 Sales – Instituto Mato Verdinho para o Desenvolvimento Sustentável dos Retireiros e
37 Retireiras do Araguaia; 2ª Suplente Beatriz Marques de Lima – Instituto Ecovida; Titular
38 Cícero Ferreira de Lima - Associação dos Vazanteiros do Município de Iatacarambi –
39 AVMI; Titular Alicia Santana Salvador - Movimento das Catadoras de Mangaba –
40 MCM; 2º Suplente Jhonny Martins de Jesus - Coordenação Nacional de Articulação das
41 Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ; Titular Maria de Fátima Alves –
42 Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas – CODECEX; Titular
43 João Bosco Campos dos Santos - Grupo de Trabalho Amazônico. Conselheiros e
44 Conselheiras representantes de Governo em 08/06/2022: Titular Danielle Cristina Lanius
45 – Casa Civil da Presidência da República; Titular Daniele de Sousa Alcântara - Ministério
46 da Justiça e Segurança Pública; 1ª Suplente Aline Renata Araújo de Macêdo Bacelar –
47 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; 2º Suplente Fernanda Teixeira
48 Frade Almeida – Ministério da Educação; Titular Aline Ludmila de Jesus – Ministério
49 da Saúde; Titular Paulo Coutinho – Ministério da Economia; 2º Suplente Rodrigo José
50 Henriques Faria – Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos; Titular José
51 Luiz Paro Filho – Secretaria de Governo da Presidência da República; Titular Érico Melo
52 Goulart – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA; 1º Suplente
53 Roberto Cavalcanti Sampaio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
54 – ICMBio; Titular Lívia Nascimento Tinôco – 6º Câmara de Coordenação e Revisão; 2º
55 Suplente Daniel Luis Dalberto – 6º Câmara de Coordenação e Revisão; Titular José
56 Roberto Fani Tambasco – Defensoria Pública da União. Convidada: Sra. Coordenadora
57 Juliana dos Santos de Almeida Sampaio – Secretaria Nacional de Proteção Global.
58 Conselheiros e Conselheiras representantes da Sociedade Civil em 08/06/2022: Titular
59 Raimundo Nonato Pereira da Silva/Taata Konmannanjy – Associação Nacional Cultural
60 de Preservação do Patrimônio Bantu – ACBANTU; Titular Maria Jane Soares Targino

61 Cavalcante – Associação Comunitária dos Povos Ciganos de Condado da Paraíba –
62 ASCOCIC; Titular Dione do Nascimento Torquato – Conselho Nacional das populações
63 Extrativistas; Titular Carlos Alberto Pinto dos Santos – Comissão Nacional de
64 Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos e Comunidades Tradicionais
65 Extrativistas Costeiros e Marinhos – CONFREM; 1ª Suplente Célia Regina Nunes das
66 Neves – Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos e
67 Comunidades Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos – CONFREM; Titular
68 Samuel Leite Caetano – Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA;
69 Titular Adriana de Souza de Lima – Coordenação Nacional das Comunidades
70 Tradicionais Caiçaras - CNCTC (RJSP-PR); 1ª Suplente Maria de Lourdes Souza
71 Nascimento – Associação do Coletivo de Mulheres Organizadas do Norte de Minas; 1º
72 Suplente Santino Lopes de Araújo – Associação Central das Comunidades Veredeiras –
73 ACEVER; Titular Cláudia Regina Sala de Pinho – Rede de Comunidades Tradicionais
74 Pantaneira; Titular Maria Ednalva Ribeiro da Silva – Movimento Interestadual das
75 Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB; Titular Lidiane Taverny Sales – Instituto Mato
76 Verdinho para o Desenvolvimento Sustentável dos Retireiros e Retireiras do Araguaia; 2ª
77 Suplente Beatriz Marques de Lima – Instituto Ecovida; Titular Cícero Ferreira de Lima –
78 Associação dos Vazanteiros do Município de Iatacarambi – AVMI; Titular Alicia Santana
79 Salvador - Movimento das Catadoras de Mangaba – MCM; 2º Suplente Jhonny Martins
80 de Jesus - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais
81 Quilombolas – CONAQ; Titular João Bosco Campos dos Santos - Grupo de Trabalho
82 Amazônico. Convidada: Parlamentar Sra. Andréia de Jesus – Presidente da Comissão de
83 direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – MG. **Dia**
84 **07/06/22 - Abertura:** O Presidente do Conselho, Sr. Carlos Alberto Pinto dos Santos,
85 cumprimentou e saudou a todos e prosseguiu para o item: **3. Verificação da presença e**
86 **da existência de quórum para instalação do colegiado:** Realizada a chamada nominal
87 dos conselheiros, pelo representante da Secretaria Executiva do CONPCT, o Sr. Helbert
88 Garandy Pitorra, o *quórum* se verificou como suficiente para instalação dos trabalhos,
89 contudo, insuficiente para o exercício do direito a voto. Ante ao exposto, se expôs sobre
90 os assuntos da pauta a serem enfrentados ao longo da reunião, a seguir transcritos: **Dia**
91 **07/06/22 – 1.** 14h Abertura mística; **2.** 14h10 Abertura, apresentações e saudações; **3.**
92 14h15 Verificação da presença e da existência de *quórum* para instalação do colegiado;
93 **4.** 14h20 Leitura e aprovação da ordem do dia e logo após, solicitar aos presentes a fazer
94 1 minuto de silêncio em respeito à memória da 1ª Suplente a Sra. Zuleide Francisca dos

95 Santos, Conselheira que representava a Associação dos Vazanteiros do Município de
96 Itacarambi; **5.** 14h30 Definição/Aprovação para deliberação do Calendário para as ações
97 dos Grupos de Trabalho e Câmaras Técnicas; **6.** 14h50 Inscrições para fala; **7.** 15h10
98 Leitura da Portaria nº 906, de 11 de maio de 2022; **8.** 15h15 Informar a respeito do Grupo
99 de Trabalho “Abrace Marajó” – Resolução nº18, de 04 de abril de 2022; **9.** 15h20
100 Informar a respeito do Grupo de Trabalho (GT): Procedimento para avaliação de
101 reconhecimento de novos seguimentos PCT’s (Povos de Comunidades Tradicionais) –
102 Resolução nº 16; **10.** 15h25 Ofício recebido da representação Central Ucrâniano
103 Brasileira e do Instituto PluriBrasil (Ofício 0012/SEI: 2824353); **11.** 15h35 Apresentação:
104 A respeito das Temáticas Pantaneiras - Conselheira Sra. Cláudia Regina; **12.** 16h
105 Inscrições para fala; **13.** 16h15 Apresentação: A respeito da Mineração no Estado de
106 Minas Gerais e no Estado do Ceará – Conselheiro Sr. Samuel Leite e Conselheiro Sr.
107 Taata Konmannanjy; **14.** 16h40 Inscrições para fala; **15.** 17h Informes Gerais; **16.** 17h05
108 Considerações finais e encerramento. **Dia 08/06/2022** – **1.** 14h Abertura; **2.** 14h10
109 Verificação da presença e da existência de quórum para instalação do colegiado. **3.** 14h15
110 Apresentação do aplicativo: (Ponto Comunidades Tradicionais); **4.** 14h35 Inscrições para
111 fala; **5.** 14h55 Informe acerca do status da plataforma: (Plataforma dos Povos e
112 Comunidades Tradicionais). Conselheira: Sra. Cláudia Pinho / MPF; **6.** 15h05 Inscrições
113 para fala; **7.** 15h25 Apresentação: “Operação Acolhida” - Casa Civil Coordenadora:
114 Juliana Sampaio; **8.** 15h50 Inscrições para fala; **9.** 16h10 Apresentação sobre os afetados
115 pelo projeto de Construção da ponte de Itaparica na Bahia; **10.** 16h30 Inscrições para fala;
116 **11.** 16h50 PL 4444/2021 – Comunidades Tradicionais Caiçaras – Conselheira: Sra.
117 Adriana Lima; **12.** 17h10 Inscrições para fala; **13.** 17h30 Informes Gerais; **14.** 17h40
118 Considerações Finais e Encerramento. Nesse interim, passou-se ao item: **4. Leitura e**
119 **aprovação da ordem do dia e logo após, solicitar aos presentes a fazer 1 minuto de**
120 **silêncio em respeito à memória da 1ª Suplente a Sra. Zuleide Francisca dos Santos,**
121 **Conselheira que representava a Associação dos Vazanteiros do Município de**
122 **Itacarambi:** O Sr. Cícero Ferreira de Lima, foi convidado a realizar uma fala sobre a
123 Conselheira, mas registrou-se que o mesmo não conseguiu acessar a reunião. O Presidente
124 do Conselho, Sr. Carlos Alberto Pinto dos Santos, lamentou o ocorrido e externou sua
125 insatisfação em nome das comunidades que não conseguem, por motivo de dificuldade,
126 ter acesso a reunião. Em seguida, varou-se ao item: **5. Definição/Aprovação para**
127 **deliberação do Calendário para as ações dos Grupos de Trabalho e Câmaras**
128 **Técnicas:** O Presidente do Conselho, Sr. Carlos Alberto Pinto dos Santos, informou que

129 existem sugestões de datas e mencionou que o Conselho, além das Câmaras Temáticas,
130 também possui os Grupos de Trabalho que foram criados, sendo o “Abrace Marajó” e
131 “Procedimento para avaliação de reconhecimento de Novos Segmentos PCT’s. Com a
132 palavra, o Sr. Helbert Garandy Pitorra, explanou sobre a proposição do calendário e
133 mencionou, que com relação ao trabalho das Câmaras Técnicas e dos Grupos de
134 Trabalhos, existe uma proposta de calendário para que possam intercalar com as Reuniões
135 Ordinárias do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, bem como com
136 as Reuniões Ordinárias do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial e das
137 Comissões Permanentes do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial e das
138 Comissões e Subcomissões da V CONAPIR (Conferência Nacional de Promoção da
139 Igualdade Racial). Completou que tal explanação, é para que os Conselheiros
140 compreendam que estão agindo de forma célere, diminuindo o intervalo entre as datas, e
141 ao mesmo tempo articulando uma organização para que ambos os Conselhos possam ter
142 o funcionamento na plenitude. Apresentou as seguintes datas: 1º encontro para o dia 16
143 de junho de 2022, 2º encontro para o dia 18 de agosto de 2022, 3º encontro para o dia 19
144 de outubro de 2022 e o 4º encontro para o dia 14 de dezembro de 2022, sendo no horário
145 de 14h às 16h, de acordo com as previsões dos Marcos Legais estabelecidos pela
146 Coordenação Geral de Conselhos. Registrou-se que 16 de junho é feriado e que a data
147 será transferida para um dia posterior ou anterior a mesma. Prosseguiu para o item: **6.**
148 **Inscrições para fala:** A Sr. João Bosco Campos dos Santos, questionou se os encontros
149 serão presenciais ou online. Em resposta, o Sr. Helbert Garandy Pitorra, informou que
150 serão virtuais, de acordo com a disponibilização do *link*. O Presidente do Conselho, Sr.
151 Carlos Alberto Pinto dos Santos, salientou que outras agendas podem ser realizadas, sem
152 prejuízo as datas sugeridas pela Secretaria, caso haja necessidade tratar de algum tema
153 específico nos Grupos de Trabalhos e Câmaras Técnicas. O Sr. Helbert Garandy Pitorra,
154 informou que existe *quórum* qualificado para voto, com 24 Conselheiros presentes com
155 direito a voto. O Presidente do Conselho, Sr. Carlos Alberto Pinto dos Santos, questionou
156 se algum Conselheiro se opõe a proposição das datas sugeridas para os trabalhos dos
157 Grupos de Trabalhos e Câmaras Técnicas. Não havendo nenhuma manifestação contrária,
158 considerou-se aprovado o Calendário para as ações dos Grupos de Trabalho e Câmaras
159 Técnicas. Ato contínuo, seguiu para o item: **7. Leitura da Portaria nº 906, de 11 de**
160 **maio de 2022:** O Presidente do Conselho, Sr. Carlos Alberto Pinto dos Santos, explanou
161 que se trata da substituição da Sra. Zuleide Francisca dos Santos, devido ao seu
162 falecimento, pelo Sr. Jideon Francisco dos Santos. O Sr. Helbert Garandy Pitorra,

163 solicitou a projeção da Portaria nº 906, para que todos tenham ciência que o ato
164 administrativo está consolidado e seguiu com a leitura da mesma. O Presidente do
165 Conselho, Sr. Carlos Alberto Pinto dos Santos, solicitou que o Conselheiro Sr. Cícero
166 Ferreira de Lima realizasse uma breve fala em homenagem a Sra. Zuleide Francisca dos
167 Santos. O Sr. Cícero Ferreira de Lima, informou sobre a dedicação da Conselheira na
168 Associação e que devido a uma forte gripe veio a falecer. O Presidente do Conselho, Sr.
169 Carlos Alberto Pinto dos Santos, externou suas condolências e sucedeu para o próximo
170 item da pauta: **8. Informar a respeito do Grupo de Trabalho “Abrace Marajó” –**
171 **Resolução nº18, de 04 de abril de 2022:** O Sr. Helbert Garandy Pitorra, solicitou a
172 projeção e realizou a leitura da Resolução nº 18, de 04 de abril de 2022 a todos os
173 presentes, que cria, no âmbito do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades
174 Tradicionais - CONPCT, o Grupo de Trabalho Abrace o Marajó. O Presidente do
175 Conselho, Sr. Carlos Alberto Pinto dos Santos, solicitou que fosse divulgado a
176 composição dos membros indicados pelo Conselho do Grupo de Trabalho. O Sr. Helbert
177 Garandy Pitorra, realizou a leitura da **Resolução nº 17, de 30 de março de 2022**, que trás
178 a composição dos membros indicados pelo Conselho do Grupo de Trabalho, sendo: “*Art.*
179 *2º O Grupo de Trabalho será composto por 5 (cinco) Conselheiros, vedada sua*
180 *ampliação, designados na forma abaixo: I - Adriana de Souza de Lima - representante*
181 *do segmento Caiçaras – membro da Coordenação Nacional das Comunidades*
182 *Tradicionais Caiçaras; II - João Bosco Campos dos Santos - representante do segmento*
183 *Ribeirinhos - membro do Grupo de Trabalho Amazônico; III - Carlos Alberto Pinto dos*
184 *Santos, representante do segmento Extrativistas Costeiros e Marinhos - membro da*
185 *Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos e*
186 *Comunidades Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos - CO N F R E M ; IV -*
187 *Lidiane Taverny Sales - representante do segmento Retireiros do Araguaia - membro do*
188 *Instituto Mato Verdinho para o Desenvolvimento Sustentável dos Retireiros e Retireiras*
189 *do Araguaia; V - Paulo Coutinho - representante do Ministério da Economia”.* Seguiu
190 com a leitura da **Resolução nº 19, de 04 de abril de 2022**, que trata da definição da
191 formação do Grupo de Trabalho, sendo: “ *Art. 1º Designar para compor o Grupo de*
192 *Trabalho Abrace o Marajó os seguintes membros: I - Edna Maria da Costa e Silva,*
193 *representante do segmento Andirobeiros, pelo Instituto Ecovida; II - Dayanna Fagundes*
194 *Silva, representante do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, pela*
195 *Secretaria Nacional de Políticas de Promoção de Igualdade Racial; III - João Bosco*

196 *Campos dos Santos, representante do segmento Ribeirinhos, pelo Grupo de Trabalho*
197 *Amazônico; IV- Célia Regina Nunes das Neves, representante do segmento Extrativistas*
198 *Costeiros e Marinhos, pela Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas*
199 *Extrativistas e dos Povos e Comunidades Tradicionais Extrativistas Costeiros e*
200 *Marinhos - CONFREM; e IV - Maria Ednalva Ribeiro da Silva, representante do*
201 *segmento Quebradeiras de Coco Babaçu, pelo Movimento Interestadual das*
202 *Quebradeiras de Coco Babaçu - AMIQCB.”* Prosseguiu para o item de pauta: **9.**
203 **Informar a respeito do Grupo de Trabalho (GT): Procedimento para avaliação de**
204 **reconhecimento de novos seguimentos PCT's (Povos de Comunidades Tradicionais)**
205 **– Resolução nº 16, de 30 de março de 2022:** O Sr. Helbert Garandy Pitorra, solicitou a
206 projeção e realizou a leitura Resolução nº 16, de 30 de março de 2022, que cria, no âmbito
207 do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais - CONPCT, o Grupo de
208 Trabalho para reconhecimento de novos segmentos de PCT's. Enfatizou que todos os
209 documentos apresentados serão encaminhados a todos por *e-mail* e *WhatsApp*. Não
210 havendo nenhuma manifestação em relação aos documentos apresentados, avançou-se ao
211 item: **10. Ofício recebido da representação Central Ucrâniano Brasileira e do**
212 **Instituto PluriBrasil (Ofício 0012/SEI: 2824353):** O Sr. Helbert Garandy Pitorra,
213 comunicou que o objetivo da apresentação do ofício é prestar ciência, e destacou que uma
214 das missões do Grupo de Trabalho será contemplar a matéria. Seguiu com a projeção e
215 leitura do documento que apresenta o seguinte assunto: Inclusão imediata do etnônimo
216 “ucranianos” no Decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016. O Presidente do Conselho, Sr.
217 Carlos Alberto Pinto dos Santos, declarou que compreende que o pleito dos ucranianos
218 emanado através do ofício apresentado, se assemelha a outros pleitos anteriores, que
219 justificou a criação dos Grupos de Trabalhos (GT), solicitando que os membros se
220 manifestem e considerou que o Conselho possui uma posição formada a respeito da
221 situação, sendo, estabelecer através do GT, dos ritos de procedimento do Conselho a
222 segurança jurídica, técnica e inclusive amparadas em questões com direito ao auto
223 reconhecimento dos povos para definição e deliberação a respeito de questões como a
224 apresentada. O Sr. João Bosco Campos dos Santos, analisou que mesmo com os dois
225 grupos pleiteando, ainda não existe parâmetros legais para homologar aceitações ou não
226 e questionou se o Instituto mencionado no Ofício é membro do Conselho Nacional e qual
227 segmento representado, assim como também o Sr. Valdir de Almeida Polinário, que
228 assina o documento. Observou que são matérias polêmicas e os GT's devem determinar
229 com segurança os critérios e parâmetros para que os grupos que pleiteiam sejam

230 considerados povos de comunidades tradicionais, para posteriormente emitir um parecer.
231 O Presidente do Conselho, Sr. Carlos Alberto Pinto dos Santos, confirmou juntamente a
232 secretaria executiva que o Sr. Valdir de Almeida Polinário, é membro Conselho Nacional
233 dos Povos e Comunidades Tradicionais, do seguimento de Povos Ciganos (IBRACER).
234 O Sr. Helbert Garandy Pitorra, comunicou que o caráter do conselho é consultivo e que
235 faz parte do processo. A Sra. Cláudia Regina Sala de Pinho, considerou interessante se
236 debruçar nessas questões e verificou como pertinente, sendo do Estado do Paraná,
237 verificar como o Conselho do Estado analisa a reivindicação, observando que essas
238 situações devem passar pelas instâncias antes de chegar ao Conselho Nacional, não
239 podendo o Conselho ser a instância máxima de debate e reflexão sobre o assunto. O
240 Presidente do Conselho, Sr. Carlos Alberto Pinto dos Santos, informou que o Conselho
241 deve responder ao ofício, de forma que um GT foi criado para tratar de assuntos como o
242 pleiteado. Completou que se deve existir uma solidariedade com a situação do povo
243 ucraniano, devido a guerra que acontece e, principalmente, referente aos povos por uma
244 sociedade justa sem violência. Verificou a necessidade de o conselho emanar o
245 comunicado à Central Ucraniana Brasileira, informando que estão lisonjeados pelo pleito
246 encaminhado e que no momento adequado o Conselho, com os ritos estabelecidos de
247 procedimentos, irá avaliar o pleito encaminhado e, caso necessário, solicitar mais
248 informações, inclusive comprováveis e solicitou a secretaria executiva a elaboração do
249 Ofício de retorno ao povo Ucraniano. Prosseguiu para o item: **11. Apresentação: A**
250 **respeito das Temáticas Pantaneiras – Conselheira Cláudia Regina:** A Sra. Cláudia
251 Regina Sala de Pinho, que tratou da situação das comunidades pós-incêndio de
252 2020/2021, enfatizou que a comunidade está em situação de vulnerabilidade e que estão
253 realizando um trabalho autônomo de restauração do Pantanal e sugeriu ao conselho que
254 apresentasse as Políticas Públicas que restaram na questão de segurança alimentar
255 nutricional e recuperação de territórios tradicionais de forma a buscar alternativas, e
256 demandar políticas que atendam a essa pauta. Completou que os territórios são ricos e
257 que muitas coisas foram destruídas, e citou como exemplo a quantidade ampla de caixas
258 de abelhas. Enfatizou sobre os grandes empreendimentos, e solicitou ao Conselho que
259 analisem uma alternativa, sugerindo um Grupo de Trabalho, sobre a questão de como
260 efetivar os protocolos de consulta, prévia, livre e informado, baseado na Convenção nº
261 69. Declarou que existe um grupo no Pantanal, sendo os pescadores tradicionais, que
262 realizaram cada um o seu protocolo, no entanto a realização do protocolo em si não
263 funciona como ferramenta para pausar as obras e alega que deve ser respeitado. Sugeriu

264 que o Ministério Público e Defensoria estivessem no Grupo de Trabalho para apontar
265 caminhos de como a ferramenta pode ser implementada. Destacou que ainda existe uma
266 luta nos Portos no Pantanal, contra a hidrovia Paraguai e Paraná, que tem como objetivo
267 destruir o Rio Paraguai para transporte do Agro Negócio, principalmente a soja,
268 observando que não será permitido. Arrazou sobre um PL nº 337/2022, que se encontra
269 na Câmara dos Deputados, e que trata da exclusão do Estado do Mato Grosso da
270 Amazônia Legal. Explanou que a comunidade está aflita com a situação, pois não se trata
271 somente de questão política, mas principalmente a questão das comunidades tradicionais
272 que se encontram nessas áreas, pois tem um impacto principalmente nas políticas públicas
273 do local. Ponderou que a temática explanada, poderia ser melhor discutida para um
274 posicionamento do Conselho, ou da Sociedade Civil, frente a proposta do impacto que
275 causará nos Territórios Tradicionais. Comunicou que se encontram pela primeira vez no
276 Estado, no Comitê Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais, tentando realizar um
277 mapeamento dos Povos e Comunidades Tradicionais de Mato Grosso, de forma geral e
278 complementou que juntamente com o “Projeto Territórios Vivos”, talvez exista somente
279 para a questão do Pantanal. Por conseguinte, o Presidente Carlos Alberto Pinto dos Santos
280 seguiu para o item: **12. Inscrições para fala:** O Sr. Cícero Ferreira de Lima, ressaltou
281 sobre o Rio São Francisco, devido a mortalidade exorbitante de peixes nos rios e lagoas,
282 alegando que estão lutando para o fim da situação. Explanou que a causa da mortalidade
283 são venenos aspejado pelo Agro Negócio, de forma aérea através de Drones, em
284 bananeiras e pastos para acabar com a área verde que possuem matos, causando o fim do
285 oxigênio dos peixes. O Presidente do Conselho, Sr. Carlos Alberto Pinto dos Santos,
286 solidarizou-se com a situação dos Pantaneiros e lembrou da Jornada realizada no local,
287 destacando que a situação é grave, fragilizando a comunidade com todos os problemas
288 além do incêndio. Declarou que a respeito da elaboração do protocolo, deve-se buscar
289 alianças, ao qual é papel fundamental do conselho, para que os protocolos sejam
290 respeitados e dado visibilidade e acolhe a proposição da criação de um Grupo de Trabalho
291 para tratar da situação e solicitou a secretaria executiva do Conselho que realizasse um
292 levantamento de quais Políticas Públicas poderiam atender o Povo Pantaneiro no
293 momento, principalmente, a comunidade afetada e que se encontram em situação de
294 insegurança alimentar e outras em situação fragilizada, devido a perda de suas casas no
295 incêndio. Solicitou que a Secretaria Executiva elabore um Ofício ao Ministério da
296 Cidadania solicitando quais seriam as Políticas Públicas Emergenciais para atender as
297 necessidades da situação das comunidades pantaneiras. A Sra. Cláudia Regina Sala de

298 Pinho, comunicou que a comunidade não quer viver de cesta básica, mas a ajuda tem que
299 ser de forma segura, no sentido de que as comunidades não alterem seu modo de vida e a
300 restauração do território, visando melhorar a qualidade da água. O Presidente do
301 Conselho, Sr. Carlos Alberto Pinto dos Santos, resumiu que se deve verificar a questão
302 de sementes para as famílias e sugeriu que para a restauração, enumerasse um conjunto
303 de Políticas Públicas para que possa ser documentado e oficializado. O Sr. João Bosco
304 Campos dos Santos, se solidarizou com a causa relatada pela Sra. Cláudia Regina Sala de
305 Pinho e explanou aos presentes a definição de decoada, causadora da falta de oxigênio na
306 água. Comunicou que no Ministério do Desenvolvimento Regional existem recursos para
307 resolver essas questões e citou também a FUNASA (Fundação Nacional de Saúde), de
308 forma a não perder tempo com os órgãos que não possuem afinidade com essas causas e
309 sugeriu acionar a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), para a
310 solicitação das sementes crioulas. O Presidente do Conselho, Sr. Carlos Alberto Pinto dos
311 Santos, solicitou a verificação de *quórum*. O Sr. Helbert Garandy Pitorra, informou que
312 existe *quórum* qualificado para voto, com 23 Conselheiros presentes com direito a voto.

313 **Deliberação: Criação de um Grupo de Trabalho (GT), para efetivação dos**
314 **protocolos comunitários:** O Presidente do Conselho, Sr. Carlos Alberto Pinto dos
315 Santos, de acordo com proposição da Sra. Cláudia Regina Sala de Pinho, questionou se
316 algum conselheiro se manifesta contra a proposição. A Sra. Célia Regina Nunes das
317 Neves, no gozo da fala, sugeriu a necessidade de uma Câmara Técnica para essa situação
318 emergencial. O Sr. João Bosco Campos dos Santos, questionou se o GT seria para a
319 construção de novos protocolos ou para efetivar os que já existem. Em resposta, o
320 Presidente do Conselho, Sr. Carlos Alberto Pinto dos Santos, reiterou que a proposição
321 seria para verificar como efetivar os protocolos comunitários, sendo uma temática
322 específica e que para a situação não seria necessário um Câmara Técnica. A Sra. Célia
323 Regina Nunes das Neves retirou a proposta. Não havendo manifestações contrárias, o Sr.
324 Carlos Alberto Pinto dos Santos considerou aprovada a criação de um GT para efetivação
325 dos protocolos comunitários sendo aprovado por unanimidade. O Sr. Helbert Garandy
326 Pitorra, sugeriu que identificassem o nome do GT, para protocolo. **Deliberação:**
327 **Proposta do nome do Grupo de Trabalho:** O Sr. João Bosco Campos dos Santos,
328 sugeriu o nome Grupo de Trabalho “Pantanal Vivo”. A Sra. Cláudia Regina Sala de Pinho
329 acolheu o nome e o Presidente do Conselho, Sr. Carlos Alberto Pinto dos Santos,
330 questionou se alguém se abstém do nome sugerido. Considerando que não houve
331 manifestações contrárias, o nome, para o Grupo de Trabalho, “Pantanal Vivo”, foi

332 aprovado por unanimidade. Seguiu questionando se possui algum conselheiro que se
333 voluntaria para o GT, propondo que seja formado por cinco pessoas, podendo inserir
334 como convidados outros entes que queiram contribuir e abriu as colocações para os
335 voluntários. O Sr. João Bosco Campos dos Santos, sugeriu que o Ministério Público
336 Federal (MPF) estivesse como convidado em todos os GT's criados. A Sra. Livia
337 Nascimento Tinôco apontou que o Ministério Público Federal estará disponível para
338 acompanhamento da Comissão. O Sr. Daniel Luis Dalberto, parabenizou pela proposição
339 e que foi uma decisão necessária para uma causa urgente. A Sra. Cláudia Regina Sala de
340 Pinho, sugeriu alterar o nome do GT para "Protocolos", de forma que os integrantes se
341 sentiriam mais confortáveis. O Sr. João Bosco Campos dos Santos, acolheu a proposta,
342 alterando o nome do Grupo de Trabalho para "Protocolos". O Presidente do Conselho,
343 Sr. Carlos Alberto Pinto dos Santos, considerou que, mediante a formação do GT, o
344 mesmo poderá fazer uma agenda e iniciar os trabalhos. Sucedeu para o próximo item da
345 pauta: **13. Apresentação: A respeito da Mineração no Estado de Minas Gerais e no**
346 **Estado do Ceará – Conselheiros: Samuel Leite e Taata Konmannanjy:** O Sr. Samuel
347 Leite, apresentou o Sr. André Alves de Souza, Coordenação e representante da Assessoria
348 Jurídica do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA. Saliou que
349 a questão da Mineração é do Brasil como um todo, considerando um processo complexo,
350 afirmou que declaram que Minas Gerais não possui governabilidade sobre o território,
351 justificando que o subsolo não está sobre o domínio dos mesmos. Ressaltou que tal
352 justificativa, gera a construção de diversas armadilhas, para que os territórios sejam
353 explorados, além dos impactos sociais e ambientais. Destacou que a questão econômica,
354 é o principal fator que impacta nas Comunidades Tradicionais, e constatou que sempre é
355 relatado que a mineração é a resolução de todos os problemas, principalmente as questões
356 ligadas ao desafio econômicos ligados as Comunidades Tradicionais e no Brasil de forma
357 geral. Justificou que não acontece devido a limitação dos territórios, com serviços
358 precários e uma pequena parcela de lucro. Citou o Projeto de instalação de uma Mineração
359 em Grão Mogol (MG), ligada a mineradora Sul Americana Metais (SAM), do Grupo
360 Votorantim, com capital Chinês e muito investimento envolvido. O Sr. André Alves de
361 Souza, informou que o Norte de Minas sempre foi considerado como agreste, o que as
362 comunidades achavam ótimo, pois permaneciam com a paz, mas posteriormente iniciou-se
363 diversas explorações com o discurso de progresso, o que não aconteceu. Declarou que
364 muitas comunidades Quilombolas foram expulsas, assim como as comunidades
365 tradicionais devido aos empreendimentos. Informou que desde 2009 a empresa Sul

366 Americana Metais (SAM), tenta um licenciamento ambiental para a instalação da
367 Mineração em Grão Mogol (MG). Apontou que esse empreendimento afetará as
368 comunidades Tradicionais Geraizeras, do Território chamado Vale das Cancelas, sendo
369 comunidades reconhecidas e certificadas que serão impactadas por esse projeto. Alegou
370 que será a maior mina a céu aberto, caso instalada, e com o minério duto de quase 100
371 km, ligando Grão Mogol até o Porto de Ilhéus e a maior barragem de rejeitos da América
372 Latina, sendo um investimento bilionário. Salientou que devido a essa dimensão, diversos
373 pareceres do IBAMA, atestaram inviabilidade ambiental do empreendimento e que a
374 empresa atesta benefícios para o local, mas identificou a miséria ao invés de benefício.
375 Destacou a parceria do MPF (Ministério Público Federal), do MPE (Ministério Público
376 Federal) e as Defensorias tanto da União quanto do Estado e apontou a questão política
377 que apresenta diversos pareceres contrário ao licenciamento do empreendimento, e citou
378 um processo, onde houve uma reorientação do IBAMA, que chegou a um momento, onde
379 a Empresa, após várias tentativas, utilizou a estratégia de fracionar o empreendimento,
380 que se trata da mina e o mineral duto. Nesse contexto, a Sul Americana Metais (SAM),
381 criou uma outra empresa com os mesmos sócios denominada LOTUS, fazendo com que
382 o IBAMA autorizasse a LOTUS realizar ao empreendimento do minério duto e a SAM
383 vai executar a lavra, como se um empreendimento não houvesse ligação com o outro.
384 Enfatizou que o parecer contrário foi realizado em 2017 e que em 2019 o IBAMA aceitou
385 o fracionamento com a estratégia da empresa, onde os dois Estados, Bahia e Minas Gerais,
386 realizou o licenciamento do minério duto e o órgão ambiental de Minas Gerais, o
387 licenciamento da Mina. Prosseguiu, que mediante aos fatos o MPF, juntamente com o
388 MPE, ajuíza uma ação civil pública requerendo, em síntese, que seja afixada a
389 competência e atribuição do IBAMA para o licenciamento do empreendimento, o que foi
390 concedido, através de uma tutela provisória de urgência, a qual foi fixada pelo juiz, não
391 impedindo que o IBAMA realize a delegação. Informou que após esse tramite, iniciou-se
392 o processo de licenciamento, com audiências públicas, e o MPF realizou a recomendação
393 de suspensão das audiências públicas alegando que antes do licenciamento ambiental a
394 consulta livre, prévia e informada deve anteceder o licenciamento ambiental. Destacou
395 que quando a consulta livre, prévia e informada foi regulamentada, não houve a
396 participação das Comunidades Tradicionais. Registrou que o próprio empreendedor é
397 delegado para contratar quem realizará as consultas e que não consideram como
398 Comunidades Tradicionais as pessoas que estão em processo de reconhecimento. O Sr.
399 Taata Konmannanjy apresentou a Sra. Yara, da articulação antinuclear do Ceará, e

400 agradeceu a oportunidade do espaço. Relatou que esse fato é uma realidade criminosa que
401 afeta e impacta a vida de muitos povos de Comunidades Tradicionais. Declarou que no
402 sertão do Ceará, entre o município denominado Santa Quitéria e Itatira, possui a maior
403 jazida de concentrado de urânio do país, sendo a terceira maior do mundo e explanou
404 sobre como iniciou o processo de mineração da jazida. Informou que existem aldeias
405 próximas e alegou que os órgãos informam o contrário, verificando o perigo de
406 radioatividade atingindo as comunidades. O Sr. Taata Konmannanjy, reiterou a fala da
407 Sra. Yara e solicitou que um enfretamento seja realizado para resolver a situação e que
408 caso não tenha uma Câmara Técnica para essa situação, que uma seja criada. Passando
409 para o item: **14. Inscrições para fala:** O Sr. Samuel Leite, se igualou ao processo relatado
410 pela Sra. Yara, considerando uma forma de matança direta e clamou pela comunidade
411 que ficará sem água e sem biodiversidade. A Sra. Yara, questionou a possibilidade de o
412 CONPCT realizar uma recomendação ao Ministério Público do Ceará e ao IBAMA. A
413 Sra. Lívia Nascimento Tinôco, declara que não ficou claro no relato da Sra. Yara, se existe
414 acompanhamento do caso por um procurador da República no Estado do Ceará,
415 considerando ser necessário o acompanhamento do licenciamento ambiental e que tenha
416 acesso a essas preocupações sinalizadas. Em resposta, a Sra. Yara informou que existe o
417 acompanhamento da procuradora do Estado desde o início. O Sr. Daniel Luis Dalberto,
418 questionou se há um procedimento instaurado, ou um inquérito civil aberto para tratar
419 sobre o tema. A Sra. Yara respondeu que não, e que algumas solicitações foram realizadas
420 para algumas instituições, declarando que a procuradora afirmou que não possuía
421 elementos para atuação, mesmo os elementos sendo devidamente apresentados. A Sra.
422 Lívia Nascimento Tinôco, considera pertinente o conselho realizar a exortação e o
423 encaminhamento de algo formal, e se possível realizar a remessa das informações a 6ª
424 Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, recebido pela Dra.
425 Eliana Toreli e a 4ª Câmara Ambiental do Ministério Público, sob a coordenação do Dr.
426 Juliano. **Recomendações: 1.** Manifestação do Conselho a respeito dos processos de
427 regulamentação da consulta prévia, livre e informada, realizada pela Secretaria de Estado
428 de Meio Ambiente e Desenvolvimento - SEMAD e pela Secretaria de Estado de
429 Desenvolvimento Social - SEDESE no governo de Minas Gerais à revelia de diálogo
430 direto com as comunidades, com o encaminhamento de recomendação aos órgãos,
431 SEDESE, SEMAD e Ministério Público; **2.** Referente ao Urânio no Ceará, foi proposto
432 uma recomendação ao Ministério Público Federal para atuação no caso do licenciamento.
433 Registrado, que é considerado inviável uma recomendação sem a leitura prévia do

434 documento e o tempo hábil para elaborar a redação, visto que se sugeriu o envio de ofício.
435 O Presidente do Conselho, Sr. Carlos Alberto Pinto dos Santos, considerou que não existe
436 prejuízo em recomendar que o Ministério Público atue no caso solicitado, seguindo o que
437 o conselho determina. Ponderou que referente a criação de uma Câmara Técnica,
438 observou que em meio as permanentes e que estão no Regimento do Conselho, citando a
439 de Violação dos Direitos Humanos, compreendeu que não teria necessidade da criação de
440 mais uma Câmara Técnica, mas analisou que enquanto conselheiro, posteriormente, na
441 próxima reunião, debater a composição das Câmaras Técnicas e temática como a relatada
442 para que o tema seja tratado permanentemente dentro de uma delas. Observou que caso a
443 sugestão não seja contemplada, a outra opção seria a criação de um GT, mas o Conselho
444 possui três em andamento, com a maioria dos conselheiros fazendo parte de dois, e
445 mediante a esse fato a criação de um novo GT poderia acarretar prejuízo aos trabalhos.
446 Verificado o *quórum*, o Sr. Helbert Garandy Pitorra, informou que não existe *quórum*
447 qualificado para voto, com 14 Conselheiros presentes com direito a voto. Considerando
448 que não possui *quórum* suficiente para deliberação dos encaminhamentos, o Presidente
449 do Conselho, Sr. Carlos Alberto Pinto dos Santos, sugeriu que pode ser realizado um
450 diálogo por parte da sociedade civil do Conselho para encaminhamento das
451 recomendações solicitadas, não cabendo o *Ad Referendum*. O Sr. Samuel Leite, solicitou
452 a recondução do tema na próxima reunião, para que o mesmo seja apreciado com *quórum*
453 e deliberado de forma qualificada e um posicionamento mais robusto. Encaminhou-se
454 para o item **15. Informes Gerais:** Não houve. Prosseguiu para o item: **16. Considerações**
455 **finais e encerramento:** Não havendo mais assuntos a serem tratados, o Presidente
456 declarou encerrada o primeiro dia da Décima Terceira Reunião Ordinária do Conselho
457 Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais - CONPCT, agradecendo a presença de
458 todos. **Dia 08/06/22 - Abertura:** O Presidente do Conselho, Sr. Carlos Alberto Pinto dos
459 Santos, cumprimentou e saudou a todos, e solicitou a verificação na plataforma de acesso,
460 devido a dificuldade dos Conselheiros de acesso para a participação da reunião, e
461 prosseguiu para o item: **2. Verificação da presença e da existência de quórum para**
462 **instalação do colegiado:** Realizada a chamada nominal dos conselheiros, pelo
463 representante da Secretaria Executiva do CONPCT, Sr. Helbert Garandy Pitorra, seguiu-
464 se com uma Mística de abertura pelo Sr. Taata Konmannanjy. Na sequência, o Sr. Helbert
465 Garandy Pitorra verificou a existência de *quórum* para instalação do colegiado,
466 analisando como suficiente para instalação dos trabalhos, com 23 conselheiros com
467 direito a voto e deliberações. Ante ao exposto, se expôs sobre o primeiro ponto de pauta

468 do dia de item: **3. Apresentação do aplicativo: Ponto Comunidades Tradicionais –**
469 **Conselheiro Rodrigo José Henriques Faria:** O Sr. Rodrigo José Henriques Faria,
470 cumprimentou a todos, e mencionou que a perspectiva dos trabalhos na reunião, referente
471 ao tema exposto, se trata de uma atualização e reapresentação do aplicativo Ponto PCT,
472 que foi apresentada anteriormente ao conselho em 2020, em fase de elaboração. Explanou
473 que o aplicativo está dentro do âmbito do sistema de monitoramento de políticas étnicos
474 raciais, ressaltando que a Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial é
475 composta de dois departamentos, sendo: Departamento de Política de Promoção da
476 Igualdade Racial e o Departamento de Monitoramento de Políticas Étnicas Raciais, ao
477 qual está vinculado como diretor. Informou que trabalham dentro de um projeto com a
478 Universidade Federal do Paraná, e que foi desenvolvida uma plataforma chamada Sistema
479 de Monitoramento de Políticas Étnico-Raciais - SIMOPE, o qual existe a relação
480 detalhada dos povos de comunidades tradicionais, gerenciado pela Secretária Nacional
481 do Cadastro Único do Ministério da Cidadania - CadÚnico, apresentando com o recorte
482 do Cadastro Único , e também da presença territorial através de certificações emitidas
483 pela Fundação Cultural Palmares e da titulação emitida pelo INCRA - Instituto Nacional
484 de Colonização e Reforma Agrária. Comunicou que o aplicativo Ponto PCT, tem a
485 perspectiva de auxiliar no mapeamento de como os povos de comunidades tradicionais
486 estão distribuídos no Território Nacional. Citou a fala da Sra. Cláudia Regina Sala de
487 Pinho, reiterando a necessidade de mapeamento dos Povos de Comunidades Tradicionais
488 e que existe um esforço da Secretaria de Cadastro Único para identificação de membros.
489 Explanou a lógica do Cadastro Único em relação aos Povos de Comunidades Tradicionais
490 disponível no aplicativo. Destacou o trabalho do Ministério Público Federal - MPF,
491 através da plataforma do Povos Tradicionais e analisou ser uma plataforma ideal para um
492 trabalho em conjunto, ressaltando que a área técnica do MPF foi acionada para que o
493 Ponto PCT possa ser avaliado como uma alternativa de inserção de dados. Informou que
494 o aplicativo não apresentará informações qualitativas e quantitativas, mas relativo aos
495 territórios. Explanou, acompanhado de apresentação, sobre o objetivo do aplicativo, a
496 forma de *download*, funcionamento e dados de envio fornecidos, com segmento do
497 Decreto nº 8.750/2016, podendo ser incluídas novas categorias sob demanda. Declarou
498 que existe uma parceria com uma Organização Não Governamental - ONG, para a
499 utilização de um sistema de identificação e GeoReferenciamento, sendo possível acionar
500 a prefeitura e o Estado para trabalhar de forma qualificada, as Políticas Públicas
501 relacionadas aos PCT's. Elogiou a ideia dos Protocolos e sugeriu a elaboração de

502 Protocolos de Registro dos PCT's, como complemento do trabalho. Apontou que o
503 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, foi a campo de forma a identificar
504 a possibilidade de cobertura territorial de determinado seguimento, sendo que a partir do
505 GeoReferenciamento, quando o recenseador chegar em território Quilombola pelo *Global*
506 *Positioning System* - GPS, ao realizar o questionário básico do CENSO, terá a
507 oportunidade de identificar a comunidade Quilombola a que pertence, sendo da mesma
508 forma o indígena. Ato contínuo, seguiu-se para o item: **4. Inscrições para fala:** A Sra.
509 Livia Nascimento Tinôco, saudou a iniciativa do aplicativo e que o MPF está a disposição
510 para amadurecimento do aplicativo para a melhoria das comunidades. Questionou a
511 respeito acesso aos dados, preocupando-se com a segurança, devido a localização com
512 disponibilidade de acesso a todos, tendo em vista as ameaças sofridas por esses povos de
513 forma a facilitar um dado importantíssimo de localização para pessoas com intenções
514 maléficas. Declarou que o Ministério Público está com um Projeto em andamento
515 denominado Territórios Vivos, patrocinado pela Agência Alemã de Cooperação - GIZ,
516 com a construção de Povos e de Comunidades Tradicionais que visam o mesmo objetivo
517 apresentado. Solicitou a pertinência de um diálogo da Secretaria de Igualdade Racial com
518 a Dra. Sandra Quiche, representante do MPF no Projeto Territórios Vivos, podendo
519 acontecer uma sinergia de propósitos entre o que o MPF trabalha com a GIZ e com as
520 comunidades e o que a Secretaria Nacional de Igualdade Racial propões com o aplicativo.
521 O Sr. Samuel Leite Caetano, declarou que para as comunidades de povos tradicionais
522 ganharem visibilidade devem aparecer no Censo do IBGE, ressaltando que deve haver
523 um processo de aperfeiçoamento do Censo para que o mesmo os represente de fato, de
524 forma específica, sendo esse fator que irá cruzar dados para algo mais efetivo. Declarou
525 que a ideia é válida, mas não identifica sentido, pois não existe tecnologia e nem celular
526 apropriado no local para manusear o aplicativo e que necessitam de algo que aconteça de
527 fato e com resultados concretos e analisou uma ferramenta morta, sem efetividade. O
528 Presidente do Conselho, Sr. Carlos Alberto Pinto dos Santos, ponderou que toda iniciativa
529 que conduza os Povos de Comunidades Tradicionais para a visibilidade é válida e
530 analisou a necessidade de avaliar até que ponto tais iniciativas não correm o risco de
531 ameaçar a vida dos Povos e concordou com o relato do Sr. Samuel Leite Caetano,
532 alertando ser no IBGE que se define as Políticas Públicas Macro do país. A Sra. Cláudia
533 Regina Sala de Pinho, lembrou o início da etapa da plataforma, de forma a acionar as
534 Políticas Públicas em monitoramento e acesso, informando que entrou no aplicativo e não
535 visualizou as questões mencionadas, questionando esse ponto. A Sra. Maria Ednalva

536 Ribeiro da Silva, questionou se os dados serão interligados a outros sistemas. Em
537 resposta, o Sr. Rodrigo José Henriques Faria, informou que identificou os pontos de
538 convergência em todos os questionamentos e análises, avaliando todas como legítimas,
539 verificando a importância de tal entendimento. Reiterou sobre o objetivo e que os dados
540 são públicos, inclusive na página no MPF, alegando que a plataforma não é, no primeiro
541 momento, vincular a repasse de recurso financeiro para Prefeitura ou Governo de Estado
542 e sim para que a sociedade dos Órgãos Públicos dos diversos ministérios consigam
543 visualizar as oportunidades de desenvolver políticas de saúde, educação, assistência
544 social, de moradia e saneamento, de forma a buscar uma articulação da pauta étnico-racial
545 juntamente aos diversos Órgãos Federais. Respondeu que o cruzamento de informação
546 não está previsto no aplicativo, que o risco existe, mas o objetivo é dar visibilidade e que
547 procuram realizar uma política de estado e que os dados serão inseridos com segurança,
548 sem coleta de dados pessoais e que estão abertos democraticamente á diálogo. Nesse
549 interim, passou-se para o item: **5. Informe acerca do status da plataforma: Plataforma**
550 **dos Povos e Comunidades Tradicionais - Conselheira: Sra. Cláudia Pinho / MPF:** A
551 Sra. Cláudia Regina Sala de Pinho, informou que houve no mês de abril, o lançamento
552 dos primeiros dados de Territórios Tradicionais, aparecendo na Plataforma dos Povos e
553 Comunidades Tradicionais. Reforçou a fala do Sr. Rodrigo José Henriques Faria,
554 relatando que o Conselho Gestor e o Conselho Técnico da plataforma, foram instituídos
555 pela Portaria nº 167/2019 do MPF, informando que quem possui direito a voz e voto são
556 seis membros do CNPCT e um membro do MPF, apontou que existem mais dezenove
557 representantes no Conselho Gestor, sendo que dos dezenove, nove são do governo, e
558 dentre eles está a SNPIR, sendo os demais de academia, instituições parceiras e ONG's.
559 Verificou a oportunidade de juntos analisar o melhor caminho referente a questão de
560 dados, principalmente os secundários, sendo a proposta inicial, mas também os dados de
561 Povos de Comunidades Tradicionais. Afirmou que este Conselho realizou a avaliação dos
562 dados inseridos na Plataforma pelo Comitê Técnico e informou que atualmente existem,
563 dados no mapa que aparecem por bioma e que os dados inseridos na plataforma dialogam
564 com o que foi passado pelo Comitê Técnico e avaliado e aprovado pelo Comitê Gestor.
565 Manifestou que foi uma primeira experiência, de forma a identificar o que funcionava ou
566 não dentro da plataforma. Analisou que a ferramenta necessita de ajustes, além de
567 possibilitar maior segurança aos Povos de Comunidades Tradicionais, reafirmando que a
568 plataforma não é somente do MPF, mas que está sendo ancorada e implantada dentro de
569 uma estrutura de Estado no qual os Povos e Comunidades Tradicionais confiam, sendo a

570 demanda e a gestão desses Povos. Conclamou que o espaço da plataforma em si, seja um
571 espaço de Estado, de forma a elencar vários itens que possam ser solucionados na
572 estrutura posta. Projetou a página da plataforma, as informações de análise e explanou as
573 mesmas. Informou os integrantes do Conselho da Plataforma, sendo: O Sr. Samuel Leite
574 Caetano, Sra. Alicia Santana Salvador, Sra. Lidiane Taverny Sales, Sra. Célia Regina
575 Nunes das Neves e Sra. Cláudia Regina Sala de Pinho. O Presidente do Conselho, Sr.
576 Carlos Alberto Pinto dos Santos, seguiu para o próximo ponto de pauta, o item: **6.**
577 **Inscrições para fala:** Não havendo inscritos, o Sr. Helbert Garandy Pitorra, registrou a
578 presença da Deputa Estadual Andréia de Jesus - MG, representante da Comissão de
579 Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e que está
580 acompanhada pela estagiária da UFMG, a Sra. Ana Marra, cumprimentando as mesmas,
581 onde acompanharão o próximo item de pauta: **7. Apresentação: “Operação Acolhida”**
582 **- Casa Civil Coordenadora: Sra. Juliana Sampaio:** A Deputa Estadual Andréia de
583 Jesus, cumprimentou a todos e agradeceu a garantia da presença no espaço e mencionou
584 possuir algumas demandas de Minas Gerais, verificando a necessidade de formalizar para
585 o Conselho, o avanço na mineração em Serra do Curral, o qual identificaram comunidades
586 no local que não foram ouvidas dentro desse processo. Informou que se reuniu com a
587 polícia do Estado encaminhando demandas de intolerância religiosa, alegando seu
588 crescimento, acompanhadas de ataques a casas de Matriz Africana, e que os Boletins de
589 Ocorrência seguem não tratando tais violências, mas que no sistema da Polícia Militar
590 não aparece a opção de Intolerância Religiosa. Comunicou que o fato foi oficiado e que
591 compartilhou com o Conselho para que seja uma resolução que atenda todo país de forma
592 a alterar o sistema. O Presidente do Conselho, Sr. Carlos Alberto Pinto dos Santos,
593 comunicou que o tema da mineração foi tratado em pauta dessa reunião e que o assunto
594 será novamente pauta da próxima reunião, verificando que as demandas mencionadas
595 necessitam de avaliação e deliberação pelo Pleno do Conselho e estendeu o convite da
596 presença da mesma na próxima reunião. A Sra. Juliana Sampaio, projetou a apresentação
597 com ênfase no fluxo migratório Venezuelano, que ocorre em toda América Latina, sendo
598 o Brasil o quinto país a receber os Venezuelanos. Explanou o histórico do movimento de
599 federalização, acolhimento e ordenação com ativação em março de 2018, de fronteiras
600 em Roraima. Destacou sobre a Governança, sendo: Comitês, Secretaria-Executiva,
601 Assessoria e Subcomitês, além da coordenação e parceiros. Apontou sobre a plataforma
602 *Response for Venezuelans - R4V*, das Organizações das Nações Unidas – ONU, que está
603 associada a Operação Acolhida e congrega organismos internacionais e organizações da

604 sociedade civil parceiras do Estado Brasileiro para a garantia de proteção e exercício de
605 direitos desta população. Citou e explanou sobre os três eixos de atuação que estão
606 interligados ao comitê, sendo: Ordenamento da Fronteira, acolhimento e interiorização.
607 Apresentou uma foto da localização de Pacaraima, apontando o posto de recepção e
608 identificação, além do alojamento de trânsito BV8, sendo o alojamento temporário para
609 migrantes e refugiados, a base Pacaraima, Abrigo Janokoida e o Reforço 3º PEF.
610 Informou que conta com a atuação integrada de servidores federais, militares,
611 profissionais de organismos internacionais e entidades da sociedade civil. Analisou que
612 de 2017 até abril de 2022, cerca de 730 mil Venezuelanos entraram no País e 360 mil
613 solicitaram regularização migratória. Explanou sobre o acolhimento, apontando seu
614 objetivo, ponto de recepção e apoio, núcleo de saúde e abrigos, apresentando em seguida
615 a foto de toda a infraestrutura da Operação Acolhida em Boa Vista e observou o perfil
616 dos abrigos em Roraima, que totaliza 6.933 pessoas abrigadas. Referenciou a
617 interiorização, salientando seu Centro de Coordenação de Interiorização - CCI, e que trata
618 da realocação de migrantes e refugiados venezuelanos para outros estados da federação
619 brasileira e explanou sobre o funcionamento do fluxo, as modalidades e objetivos.
620 Apresentou um mapa que mostra as principais cidades que as pessoas se deslocam e um
621 organograma demonstrando o deslocamento. Informou que existe um Grupo de
622 Discussão sobre Indígenas – GDIN, que possui quatro eixos sendo: Eixo 1 – Estabilização
623 emergencial; Eixo 2 – Fortalecimento Comunitário; Eixo 3: Integração socioeconômica
624 e acesso à direitos e Eixo 4 – Parcerias e coordenação, mobilização e articulação,
625 explanando os objetivos dos mesmos. Analisou que o desafio maior é com crianças
626 indígenas pois a maior parte delas adentram o território brasileiro sem documentação, e
627 que esse fator acarreta prejuízo em várias ações e citou alguns exemplos de ações
628 juntamente com o ministério e mencionou uma pesquisa que realizou de tema “Matriz de
629 Monitoramento – DTM, Nacional sobre a População Indígena Refugiada e Migrante
630 Venezuelana”. Em sequência, iniciou o item: **8. Inscrições para fala:** A Deputa Estadual
631 Andréia de Jesus, saudou a apresentação, e irá informar aos Arais de Minas Gerais, que
632 se encontram abrigado com a responsabilidade da prefeitura de Belo Horizonte as ações
633 mencionadas e questionou se alguém fala língua nativa Arau. A Sra. Juliana Sampaio
634 replicou ser um desafio essa questão de língua e que existem pessoas em Roraima que
635 apoiam lideranças que sejam professores de Arau, Espanhol e Português e pessoas que
636 tenham experiência como professores na Venezuela, para atuar no Brasil. Prosseguiu com
637 o item: **9. Apresentação sobre os afetados pelo projeto de Construção da ponte de**

638 **Itaparica na Bahia – Sr. Taata Konmannanjy e a Sra. Andréia de Jesus:** A Sra.
639 Andréia de Jesus, representante na secretaria executiva do Grupo de Trabalho (GT) de
640 Povos Originários e Comunidades Tradicionais Quilombolas de Terreiro, Ribeirinhas e
641 Periféricas, cumprimentou a todos e salientou que uma das atividades pelo GT é o
642 recebimento das denúncias e realizar a oitiva. Comunicou o recebimento da denúncia, no
643 caso da ilha de Itaparica, que se trata de violação oriunda da primeira oitiva realizada com
644 segmentos de Povos e Comunidades Tradicionais atingidos pela construção da Ponte
645 Itaparica – Salvador/BA. Explanou sobre o histórico de criação da ponte e que sua
646 construção atinge Povos Tradicionais de Terreiro, de Religião de Matriz Africana,
647 Pescadores artesanais, Marisqueiros, Quilombolas e Ribeirinhos. Relatou as denúncias
648 realizadas na primeira Oitiva, no qual foi realizado duas reuniões referente a primeira
649 denúncia e, após a mesma, foram realizados atos de vandalismo na região. Explanou sobre
650 os impactos e riscos ambientais, a saúde e a tradicionalidade, ocasionados pelo
651 empreendimento. Solicitou: 1- Atuação do MPF e da 6ª Câmara do MPF afim de
652 assegurar os direitos dos Povos e Comunidades atingidos; 2- Direito de Escuta Livre,
653 Prévia e Informada dos Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro e de Religião
654 Matriz Africana; 3- Respeito ao autorreconhecimento dos Povos e Comunidades
655 Tradicionais de Terreiro e de Matriz Africana como os atingidos pelo empreendimento e
656 4- Participação efetiva dos segmentos de Povos e Comunidades Tradicionais na
657 implementação do empreendimento. Declarou que o caso foi denunciado à ONU, que a
658 publicação está sendo realizada e passou a palavra para a Mãe Eliana, para que a mesma
659 relatasse a realidade do território. A Mãe Eliana, registrou que os Povos Ciganos também
660 serão atingidos e em sua fala reiterou e reforçou o relato da Sra. Andréia de Jesus. O Sr.
661 Taata Konmannanjy, solicitou uma posição de forma mais célere, pois todos os direitos
662 estão sendo violados, de forma a ajustar a situação que inclui o racismo ambiental no
663 processo. A Sra. Andréia de Jesus, informou que uma Nota Técnica está sendo elaborada
664 com os relatos apresentados, para os devidos encaminhamentos a instituições de justiça,
665 assim como também para o Conselho, afim de obter ciência da situação. Sendo assim
666 seguiu-se par ao item: **10. Inscrições para fala:** O Presidente do Conselho, Sr. Carlos
667 Alberto Pinto dos Santos, solicitou a verificação de *quórum*. Relatou a solicitação do Sr.
668 Taata Konmannanjy, sendo: **Recomendação** - Solicitação de atuação do Ministério
669 Público Federal para garantir os direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais afetados
670 pela construção da Ponte de Itaparica, no que desrespeito ao direito a consulta prévia,
671 livre e informada. Explanou que a partir da atuação do Ministério Público na situação

672 apresentada, buscando a garantia dos direitos, acredita que as demais violações terão o
673 espaço adequado para debate com o apoio do MPF. Realizada a verificação de *quórum*,
674 pelo representante da Secretaria Executiva do CONPCT, verificou-se como insuficiente
675 para o exercício do direito a voto, visto que apenas 19 conselheiros se encontravam
676 presentes para votação. O Presidente do Conselho, Sr. Carlos Alberto Pinto dos Santos,
677 externou seu desapontamento em relação ao *quórum*, alegando que o Conselho fica preso
678 ao regimento interno, declarando que essa seria uma deliberação de encaminhamento de
679 recomendação. O Sr. Samuel Leite Caetano, sugeriu, assim como a pauta referente da
680 mineração, que esse tema também retorne na próxima reunião e que seja deliberado no
681 primeiro ato, após a conferência de *quórum*. Externou seu desapontamento relativo à
682 situação do Conselho transmitindo um sentimento de impotência. O Sr. João Bosco
683 Campos dos Santos, alegou que a falta de *quórum*, também é causada pela dificuldade de
684 conexão de muitos membros. O Sr. Dione do Nascimento Torquato, sugeriu que as pautas
685 sejam definidas por bloco, de forma a ser mais organizada e que os blocos que precisem
686 de deliberações sejam mais objetivos em suas explanações e tratados no início da reunião.
687 A Sra. Maria Ednalva Ribeiro da Silva, conclamou uma cobrança mais efetiva dos
688 Conselheiros, pois não levam com seriedade a reunião, que existe o problema da
689 tecnologia, mas que muitos permanecem somente no início, prejudicando o andamento
690 da reunião, principalmente ao final que necessita a realização das deliberações. O
691 Presidente do Conselho, Sr. Carlos Alberto Pinto dos Santos, solicitou que o representante
692 da Secretaria Executiva do CONPCT, realizasse novamente a chamada dos Conselheiros
693 e justificou que a Sra. Adriana Lima ausentou-se por motivos de saúde passando para o
694 item: **11. PL 4444/2021 – Comunidades Tradicionais Caiçaras – Conselheira: Sra.**
695 **Adriana Lima, seguido do 12. Inscrições para fala:** Não havendo apresentação, devido
696 à ausência justificada da Sra. Adriana Lima, repassando a pauta proposta para a próxima
697 reunião do Conselho, sem prejuízo das pautas debatidas sem deliberação, devido a
698 inexistência do *quórum*. Solicitou que as entidades que estão sendo prejudicadas por
699 motivo de acesso, se justifiquem na próxima reunião após a leitura da ata, caso tenham
700 interesse. O Sr. Helbert Garandy Pitorra, realizou novamente a chamada, estando presente
701 os seguintes **Conselheiros e Conselheiras representantes de Governo:** Titular Danielle
702 Cristina Lanus – Casa Civil da Presidência da República; Titular Aline Ludmila de Jesus
703 – Ministério da Saúde; Titular Paulo Coutinho – Ministério da Economia; 2º Suplente
704 Rodrigo José Henriques Faria – Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos;
705 Titular José Luiz Paro Filho – Secretaria de Governo da Presidência da República; Titular

706 Érico Melo Goulart – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA; 1º
707 Suplente Roberto Cavalcanti Sampaio – Instituto Chico Mendes de Conservação da
708 Biodiversidade – ICMBio; Titular José Roberto Fani Tambasco – Defensoria Pública da
709 União. **Conselheiros e Conselheiras representantes da Sociedade Civil:** Titular
710 Raimundo Nonato Pereira da Silva/Taata Konmannanjy – Associação Nacional Cultural
711 de Preservação do Patrimônio Bantu – ACBANTU; Titular Dione do Nascimento
712 Torquato – Conselho Nacional das populações Extrativistas; Titular Carlos Alberto Pinto
713 dos Santos – Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos e
714 Comunidades Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos – CONFREM; 1ª Suplente
715 Célia Regina Nunes das Neves – Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas
716 Extrativistas e Povos e Comunidades Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos –
717 CONFREM; Titular Samuel Leite Caetano – Centro de Agricultura Alternativa do Norte
718 de Minas – CAA; Titular Adriana de Souza de Lima – Coordenação Nacional das
719 Comunidades Tradicionais Caiçaras - CNCTC (RJSP-PR); 1ª Suplente Maria de Lourdes
720 Souza Nascimento – Associação do Coletivo de Mulheres Organizadas do Norte de
721 Minas; 1º Suplente Santino Lopes de Araújo – Associação Central das Comunidades
722 Veredeiras – ACEVER; Titular Cláudia Regina Sala de Pinho – Rede de Comunidades
723 Tradicionais Pantaneira; Titular Maria Ednalva Ribeiro da Silva – Movimento
724 Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB; Titular Lidiane Taverny Sales
725 – Instituto Mato Verdinho para o Desenvolvimento Sustentável dos Retireiros e Retireiras
726 do Araguaia; Titular Cícero Ferreira de Lima – Associação dos Vazanteiros do Município
727 de Iatacarambi – AVMI; Titular Alicia Santana Salvador - Movimento das Catadoras de
728 Mangaba – MCM; 2º Suplente Jhonny Martins de Jesus - Coordenação Nacional de
729 Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ; Titular João Bosco
730 Campos dos Santos - Grupo de Trabalho Amazônico. Convidada: Parlamentar Sra.
731 Andréia de Jesus – Presidente da Comissão de direitos Humanos da Assembleia
732 Legislativa do Estado de Minas Gerais – MG. Realizada a chamada nominal dos
733 conselheiros, o *quórum* ainda se verificou como insuficiente, estando presentes 19
734 conselheiros com direito a voto. O Taata Konmannanjy, solicitou uma solução, pois a
735 próxima reunião acontecerá em três meses e enquanto isso as situações se tornam mais
736 complexa, referente as questões apresentadas para deliberações. O Sr. João Bosco
737 Campos dos Santos, questionou se há necessidade de votação para encaminhamento de
738 denúncia e reiterou a fala do Sr. Taata Konmannanjy. O Sr. Samuel Leite Caetano e a Sra.
739 Cláudia Regina Sala de Pinho concordaram em uma solução mais célere e precisa, devido

740 a gravidade da situação. O Sr. Helbert Garandy Pitorra, compreendeu a angústia de todos,
741 mas que fazem o possível para que o Conselho funcione em sua plenitude e que por
742 questão regimental, as decisões não podem ser realizadas sem votação, justificando não
743 colocar o Conselho em situação de insegurança jurídica, o que acarretará em um prejuízo
744 maior. Declarou, que mediante a situação, buscará a retomada das reuniões presenciais,
745 para que haja uma alternativa que possa minimizar os impactos e sugeriu uma reunião
746 com o Presidente do Conselho, Sr. Carlos Alberto Pinto dos Santos, pois possui algumas
747 possibilidades administrativas, enquanto a Coordenação Geral dos Conselhos Nacionais
748 para que consigam mitigar as questões mais angustiantes do Conselho, levando em
749 consideração que na próxima reunião tenha a aprovação, mas que talvez consigam realizar
750 os encaminhamentos imediatos, no sentido de não permitir que o Povo e a população mais
751 vulnerável continue em situação de vulnerabilidade social. O Sr. Taata Konmannanjy,
752 sugeriu uma visita em loco na comunidade. O Presidente do Conselho, Sr. Carlos Alberto
753 Pinto dos Santos, solicitou que o Sr. Helbert Garandy Pitorra verificasse a possibilidade
754 de envio de ofício, devido a falta de *quórum*, em situações emergenciais e verificou a
755 necessidade de voltar as reuniões presenciais e que as deliberações serão inseridas no
756 início da pauta. Varou-se para o item: **13. Informes Gerais:** O Sr. Helbert Garandy
757 Pitorra, solicitou atenção dos conselheiros as Sociedade Civil, comunicando que
758 conforme foi tratado desde a 10ª Reunião Ordinária do Conselho, ainda existem alguns
759 conselheiros que não assinaram o termo de posse, sendo assim, na próxima reunião, esses
760 conselheiros ainda que presentes, não poderão exercer mais o direito de voto, uma vez
761 que todos os prazos e apoio necessário foi ofertado para que a pendência fosse sanada.
762 Solicitou que a equipe inserisse no *Chat* o Ramal da Gislaine, responsável pelo
763 acompanhamento do CONPCTR, o da Fabiana e da Lidiane de forma que as mesmas
764 possam atender os Conselheiros, além do *WhatsApp* da coordenação que estará à
765 disposição. Relatou o nome dos conselheiros que se encontram pendente da assinatura do
766 Termo de Posse, sendo: **Representando o seguimento Vazanteiros:** Sr. Cícero Ferreira
767 de Lima, Gildeon Francisco dos Santos e Anatalia Pereira dos Santos; **Povos Indígenas:**
768 Elisa Urbano Ramos, Paulo Henrique Vicente Oliveira e Marcos Avilquis Campos;
769 **Catadores de Mangaba:** Alicia Santa Salvador, Tainara Nascimento Vidal e Patrícia
770 Santos de Jesus; **Comunidades Quilombolas:** Sandra Pereira Braga, Maria Rosalina dos
771 Santos e Jhonny Martins de Jesus. **Apanhadores de Flores Sempre Vivas:** Maria de
772 Fátima Alves, Aldair José de Souza e Andreia Ferreira dos Santos. **Faxinalenses:** João
773 de Araújo, Dimas Gusso e Franciele Moreto. **Ribeirinhos:** João Bosco Campos dos

774 Santos, Maria Jocicleide Lima de Aguiar e Geová de Oliveira Alves. Lembrou que a
775 assinatura do Termo de Posse é o último ato para que se possa conseguir a blindagem
776 jurídica ao Conselho e aos Conselheiros explanando sobre o procedimento. Registou a
777 importância da participação do CONPCT no fomento dos Conselhos Municipais, com o
778 objetivo de fortalecer institucionalmente o seguimento nos Municípios e informou que
779 será encaminhado um documento para que os Conselheiros realizem uma ação
780 juntamente aos municípios para a adesão ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade
781 Racial – SINAPIR. O Sr. Samuel Leite Caetano agradeceu o Presidente do Conselho, Sr.
782 Carlos Alberto Pinto dos Santos e o Sr. Helbert Garandy Pitorra pela serenidade, presteza
783 e educação na condução da reunião. Avançando para o item: **14. Considerações Finais e**
784 **Encerramento:** Não havendo mais assuntos a serem tratados, o Presidente declarou
785 encerrada a Décima Terceira Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Povos e
786 Comunidades Tradicionais, agradecendo a presença de todos.
787
788